

POTÊNCIA NAUFRAGANTE A RESPOSTA BRASILEIRA À PANDEMIA DE COVID-19

Adriana Erthal Abdenur

15 de maio, 2020

Todos os países do mundo estão enfrentando não apenas desafios sem precedentes na nova pandemia de coronavírus, mas também as consequências profundas das decisões políticas tomadas por suas lideranças no passado. O Brasil —um país de proporções continentais que, não faz muito tempo, era considerado potência emergente no cenário global— encontra-se em pleno naufrágio em sua resposta à propagação do vírus. Isso é resultado de um acúmulo de erros, alguns deles de décadas atrás, mas a maioria acelerados sob o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro. Nos últimos 16 meses, o país tem assistido a um implacável desmonte de suas instituições (incluindo do Sistema Único de Saúde, chamado SUS) destinadas a proteger as populações mais vulneráveis e o meio ambiente; de ataques diretos e reiterados à democracia; e da condução de uma política externa sem rumo, que despreza a cooperação internacional, os direitos humanos e a ação climática. Todos esses erros preparam o terreno para uma desastrosa, incoerente e, em última análise,

mortal falta de eficácia na resposta à crise do coronavírus.

Nem todo o cenário é desolador. Um documento do governo divulgado pelo Ministério da Economia enumera uma série de medidas adotadas à luz da pandemia (Ministério da Economia, 2020). As medidas incluem uma emenda constitucional que permite separar do orçamento federal os gastos destinados ao combate à Covid-19; uma linha de crédito de R\$ 2 bilhões oferecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para aumentar a capacidade de resposta na emergência; a ampliação da disponibilidade de equipamentos médicos, leitos de UTI e serviços de telemedicina; a facilitação do comércio de bens importados, como equipamentos de proteção individual (EPIs); e benefícios sociais temporários para trabalhadores informais e desempregados de famílias de baixa renda. Vistas fora de contexto, essas medidas parecem uma lista de “boas práticas” de respostas à emergência de saúde. De fato, muitas delas foram desenhadas a partir de uma perspectiva técnica,

bem-intencionada e competente. Mas uma série de crises políticas se interpoem no caminho, a maioria alimentadas pelo próprio presidente.

No âmbito doméstico, o país ainda alcançou a peculiar situação de se tornar um dos poucos países do mundo cujos ministros da saúde foram destituídos justamente quando a propagação do vírus beirava o descontrole, pelo motivo exposto de estarem fazendo seu trabalho. O ministro Luiz Henrique Mandetta, que vinha defendendo as medidas de isolamento social antes de ser demitido da pasta, em 16 de abril, oferecia uma liderança razoavelmente técnica na resposta à crise de saúde pública no país (Lopes, 2020). Com apenas dois meses de pandemia, acabou sendo ejetado por Bolsonaro. Ao assumir a pasta, seu substituto inexpressivo, o oncologista Nelson Teich, pediu mais “foco na população”, mas não demorou a mostrar-se alinhado às opiniões de extrema-direita do presidente sobre a pandemia: a insistência na ideia de que a Covid-19 é apenas “uma gripezinha”, e a crença de que as políticas de isolamento representariam um suicídio econômico. Longe de ser uma ação atípica, a rápida troca do ministro em plena pandemia é representativa de um governo no qual o presidente, deficitário em empatia, quando questionado sobre o fato de que o Brasil tinha superado a China em mortes por Covid-19, retrucou: “E daí?”.

A substituição de liderança no campo da saúde é apenas o episódio mais recente no caos político que continua em plena epidemia de coronavírus. Desde o primeiro caso confirmado de Covid-19 em território brasileiro, no dia 26 de fevereiro, mais de 62 mil pessoas foram infectadas, e outras 7.367 morreram no país (dados oficiais de 5 de maio, Google, 2020). Isso faz do Brasil o sexto país com mais mortes totais relacionadas à Covid-19 (Financial Times, 2020). Mas as estatísticas não expressam o verdadeiro alcance da crise. O baixo número de testes realizados no Brasil —o menor entre os dez países com mais casos da doença— indica que o total de infectados no país pode ser até dez vezes maior do que o divulgado. Algumas evidências de subnotificação vêm das estatísticas de saúde: em muitas regiões do país, o número de óbitos derivados de misteriosas complicações respiratórias disparou devido à demora de diagnóstico e aos testes de falsos negativos (Saraiva, 2020). A tendência é corroborada por coveiros de Manaus, no Amazonas, a primeira capital brasileira a sucumbir ao colapso do sistema de saúde pública. Funcionários de cemitérios relatam grande aumento de sepultamentos (alguns deles realizados em fossas coletivas), que superaram com folga os números divulgados pelas autoridades governamentais.

Esse cenário caótico, e o conhecimento crescente de que, na verdade,

há muito mais acontecendo além do que as estatísticas oficiais revelam, faz com que nos perguntemos se existe uma “abordagem brasileira” em relação à epidemia. De fato, diferentes autoridades —em níveis distintos de governo ou inclusive dentro dos mesmos escalões— dão pontos de vista variados, não raro contraditórios, que confundem os cidadãos ou fazem com que acabem escolhendo, de acordo com sua conveniência, qual político ou recomendação de saúde pública seguir.

Desde o começo da crise, percebia-se uma lacuna entre o que o presidente e o ministro da Saúde diziam. Quando Mandetta ainda comandava a pasta, ele defendeu o auto-isolamento, inclusive enquanto Bolsonaro continuava subestimando a gravidade do vírus — às vezes, durante a mesma coletiva de imprensa. Não demorou a ficar claro que as mensagens eram dirigidas a grupos diferentes. Foi demonstrado que Mandetta não só detinha o respaldo da comunidade científica, como também contava com amplo apoio popular por sua abordagem tecnocrática face à pandemia (na verdade, essa popularidade acabou virando uma das principais razões por trás de sua demissão) (Cerriono, 2020). Pesquisas indicam que a maioria dos brasileiros (76%) concorda com a necessidade de políticas de isolamento e apoia a aplicação de multas por descumprimento da quarentena (ação que ainda não foi em-

pregada) (Congresso em Foco, 2020).

Já as mensagens de Bolsonaro contra o isolamento são dirigidas àqueles grupos que foram fundamentais para sua eleição: empresários e líderes evangélicos (os altos oficiais militares com os quais Bolsonaro ocupou altos cargos em seu governo, incluindo a vice-presidência, são relutantes em contradizer o presidente diretamente, mas as Forças Armadas adotaram, de forma discreta, o distanciamento social) (Exame, 2020). O apoio ao presidente caiu consideravelmente desde que o ministro da Justiça, Sergio Moro, pediu demissão. O ex-juiz comandava a Operação Lava-Jato, uma investigação anticorrupção, e tinha deixado o cargo para se unir ao governo de extrema-direita de Bolsonaro (Zafalon, 2020). Renunciou há poucas semanas de maneira abrupta, acusando o presidente de ingerências políticas durante uma coletiva de imprensa cuidadosamente orquestrada. Entre as justificativas para deixar a pasta, afirmou que o presidente havia tentado interferir politicamente na Polícia Federal, declarando ainda que Bolsonaro priorizava interesses pessoais em detrimento das missões institucionais.

Como resultado, os brasileiros mergulharam em mais uma crise política, enquanto o vírus se disseminava pelo país. E, em vez de aproveitar os poderes consideráveis como presidente

de uma república altamente centralizada para achatar a curva da Covid-19, Bolsonaro joga mais lenha na fogueira política, apoiando e participando de protestos que misturam a exigência do fim das políticas de isolamento social com manifestações a favor da intervenção militar, do fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF). Em várias grandes cidades, partidários de Bolsonaro organizaram caravanas. Participantes exaltados —alguns deles enrolados em bandeiras do Brasil ou vestidos com a camisa da seleção de futebol—, saíram pelas principais vias urbanas tocando buzinas de carros, caminhões e motos (às vezes, perto de hospitais onde são tratados pacientes de Covid-19).

Embora o número de participantes não chegue a ser expressivo, os protestos chamam a atenção dos meios de comunicação pelas demonstrações de radicalismo, que incluem, às vezes, atos violentos (Veja, 2020). A visibilidade também é reforçada nas redes sociais pelo vasto “exército do ódio”, milhares de perfis (muitos deles robôs) que orquestram ataques ferozes contra aqueles que não seguem as opiniões de extrema direita do presidente. Após a demissão, Moro depôs contra Bolsonaro à Polícia Federal no dia 2 de maio (BBC, 2020). Desde então, seus apoiadores viraram alvo de manifestantes, sinalizando uma ruptura entre os “bolsonaristas” linha-dura e os “lava-jatistas”, como são chamados os par-

tidários do ex-juiz e ministro. Como em muitos momentos dessa presidência, os brasileiros aguardam ansiosamente para ver se o alto escalão militar irá se pronunciar com determinação contra o autoritarismo cada vez mais frenético do presidente.

Ao atacar as medidas de distanciamento social, Bolsonaro oscila entre diferentes argumentos. Às vezes, defende que as medidas de isolamento causarão uma catástrofe ainda maior do que a própria pandemia. Ao colocar uma falsa dicotomia entre crescimento econômico e saúde pública —uma visão simplista amplamente contestada por especialistas em saúde e economistas—, Bolsonaro angaria o apoio não só de empresários, mas também de muitos que estão perdendo seus empregos. Em várias ocasiões, Bolsonaro defendeu um “isolamento vertical” (UOL, 2020), apesar das crescentes evidências de que essa estratégia levaria a um contágio acelerado e a um colapso do sistema público de saúde. Em outras vezes, assim como Donald Trump, exaltou a crença na eficácia da hidroxicloroquina como a bala de prata para o tratamento de Covid-19. Com essas posições, Bolsonaro prescindiu de evidências científicas e desdenhou de especialistas, aferrando-se à esperança de uma solução fácil que o coloque como salvador da economia (e que impulse suas pretensões à reeleição).

Os discursos contraditórios das autoridades brasileiras não se restringem ao governo federal. Vários governadores e prefeitos, inclusive alguns que o apoiaram durante a campanha e mesmo após a posse, desafiam e se opõem a Bolsonaro. Governadores dos dois estados com maior número de casos e mortes até agora —João Doria, governador de São Paulo, e Wilson Witzel, do Rio de Janeiro— adotaram políticas de isolamento social, incluindo fechamento de escolas e restrições de funcionamento a serviços não essenciais. Bolsonaro tem repetidamente atacado esses e outros governadores (como os do Distrito Federal e de Goiás) por suas posturas favoráveis ao isolamento. Ameaçou flexibilizar as restrições e reabrir empresas na “canetada”, embora sua capacidade para tal tenha sido questionada por especialistas jurídicos e cientistas políticos (Shalders, 2020).

Enquanto isso, alguns governadores têm driblado as diretrizes do governo federal importando diretamente ventiladores e EPIs: o estado do Maranhão, no Nordeste, conseguiu comprar 107 ventiladores e 200 mil máscaras mandando o material pela Etiópia, e submetendo-o à alfândega só na chegada ao Maranhão (Correio, 2020). O fato de que um governo estadual tenha que importar material humanitário longe das vistas do governo federal demonstra que, na maior parte dos casos, a presidência se transformou mais em obstáculo

que ajuda no combate ao coronavírus.

O cenário confuso faz com que as respostas à pandemia variem consideravelmente em todo o país. Algumas cidades adotaram medidas de isolamento mais rígidas e se esforçam para aumentar a disponibilidade de leitos de UTI. O estado do Rio, que tem o segundo número mais alto de casos de Covid-19 no país, depois de São Paulo, abriu seu primeiro hospital de campanha no final de abril, justamente quando o sistema de saúde pública se saturava. Em Manaus, capital do Amazonas, o já sobrecarregado sistema de saúde colapsou, assim como o serviço funerário (Correio Braziliense, 2020). O restante do estado, o maior em território da União, sequer tem leito de UTI. Em uma triste repetição do que se viu na Europa e em Nova York, Rio de Janeiro e Belém (capital do estado do Pará) se depararam com corpos amontoados em necrotérios e até corredores de hospitais, enquanto funerárias, cemitérios e crematórios se viam lotados (Lemos, 2020).

As mensagens desordenadas das autoridades governamentais têm impacto concreto no comportamento da população. As estatísticas indicam um relaxamento na adesão às políticas de isolamento em abril e maio, com um maior número de pessoas circulando nas ruas de médias e grandes cidades, incluindo as mais afetadas pela pandemia. Em São Pau-

lo, por exemplo, onde o governo estabelecera uma taxa de 70% de isolamento como meta ideal para achatá-la a curva de contágio, o índice caiu a 58% durante um final de semana ensolarado no fim de abril (Santiago, 2020).

Governantes municipais e estaduais a favor do isolamento social também se viram diante de desafios importantes derivados de problemas generalizados no país, como a pobreza e a desigualdade, e de um alcance limitado das medidas emergenciais, algumas delas esbarradas em obstáculos burocráticos. Cabe ressaltar que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. As seis pessoas mais ricas do país detêm riqueza equivalente à de metade da população de menor poder aquisitivo, ou, 100 milhões de pessoas (Oxfam, 2019). E a fatia de 5% dos habitantes mais ricos no Brasil possuem renda igual ao dos 95% restantes da população. As disparidades socioeconômicas também residem sobre profundas divisões de raça, gênero, etnia e regiões. E a delinquência generalizada, assim como os abusos cometidos pelas forças estatais, geram taxas de homicídio destacadamente altas se comparadas com as de outros Estados com nível equivalente de desenvolvimento. Os abismos sociais do Brasil fazem com que a gestão da pandemia implique dificuldades importantes relacionadas ao acesso a recursos, instituições e serviços.

O distanciamento social tem se mostrado particularmente difícil de implantar nas favelas, comunidades densamente ocupadas e carentes de infraestrutura adequada, incluindo saneamento básico, e onde seus moradores trabalham, em sua maioria, em empregos do setor informal (e o número de desempregados aumenta). Para um grande número de brasileiros de baixa renda, a sobrevivência econômica já era uma preocupação a curto prazo mesmo antes da pandemia. Milhões de pessoas ganham tão pouco que não puderam economizar dinheiro nem comprar alimentos suficientes. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as famílias brasileiras mais desfavorecidas gastam dois terços do salário em necessidades básicas: alimentos, moradia e roupas. A precariedade econômica dessa população, já presente antes da chegada do novo coronavírus ao Brasil, aumentou com a pandemia. E as consequências já se tornaram visíveis. Segundo um estudo, aproximadamente 91 milhões de brasileiros (cerca de 58% da população adulta do país) não pagaram suas contas em abril (Ribeiro, 2020). É possível que a pandemia arraste outros milhões de pessoas para debaixo da linha de pobreza e da fome.

Embora nem todos os brasileiros de baixa renda morem em favelas, essas áreas apresentam o duplo desafio da densidade populacional (o que faz com que o distanciamento social seja praticamente impossível em alguns

lugares) e da precariedade econômica. As favelas e outros assentamentos informais historicamente carecem de presença significativa do Estado, à exceção de incursões repressivas das forças de segurança. Poucos dispõem de serviços de saúde pública, e a educação pública é deficitária. Na falta de respostas estatais adequadas, redes locais de cidadãos têm tentado assumir o papel do Estado, distribuindo, por exemplo, cestas básicas e kits de higiene por meio de doações de empresas e particulares. Também surgiram inovações dignas de destaque. Em Paraisópolis, uma grande favela de São Paulo, a associação de moradores se organizou para contratar médicos, socorristas e ambulâncias para tratar pessoas com suspeitas de infecção por Covid-19 (Paiva Paulo, 2020). No Rio de Janeiro, o recém-criado Instituto Marielle Franco — fundação privada inaugurada em 2019 em homenagem à vereadora e ativista assassinada em março de 2018 pela milícia carioca¹ — criou um mapa interativo on-line que reúne iniciativas locais que buscam proteger as favelas da pandemia. São exemplos que refletem o enorme poder de organização e solidariedade nas comunidades, mas que também expõem o fracasso do Estado (e a falta de vontade política) de alcançar as populações mais vulneráveis, uma falha que só tem se intensificado com a política social antipobreza e anti-direitos humanos de Jair Bolsonaro.

¹ <https://www.institutomariellefranco.org/>.

Também tem crescido a preocupação com outros grupos vulneráveis no Brasil. Povos indígenas já sofrem com a violência e a perda de meios de sustento como consequência do desmantelamento das instituições promovido pelo atual governo. Comunidades da Amazônia, que já vinham sendo atacadas em repetidas invasões de garimpeiros ilegais, posseiros e outros que se sentem incentivados pelo discurso do presidente a invadir terras protegidas na região, enfrentam agora novas ameaças. Considerando a longa e trágica história de genocídio das comunidades indígenas no Brasil, o avanço da pandemia nas aldeias do país — que inclui várias mortes confirmadas — incentivou novos esforços de prevenção por parte de redes de comunidades indígenas (Quadros e Anjos, 2020). A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), contrariando o apoio limitado do governo e o rápido aumento da insegurança alimentar, tem mobilizado diferentes grupos a monitorar sintomas, identificar casos e facilitar o acesso à saúde de pessoas infectadas. Ao mesmo tempo, porém, também enfrenta as limitações geradas pela queda no orçamento e a perseguição política a organizações da sociedade civil iniciada quando Bolsonaro assumiu o cargo.

Outros grupos particularmente vulneráveis à pandemia são os imigrantes e refugiados. Cerca de 264 mil venezuelanos cruzaram a fronteira brasi-

leira e permanecem no país (Cruz, 2020). Em 2018, o governo estabeleceu a Operação Acolhida, liderada por militares, com o apoio do Acnur, a agência da ONU para os refugiados, e outras organizações internacionais e organizações não-governamentais, para melhorar a logística do acolhimento. A operação também coordena o processo de interiorização de imigrantes do estado de Roraima, na divisa com a Venezuela, e outros estados brasileiros. Com a pandemia, o Brasil fechou a fronteira com a Venezuela, e alguns solicitantes de refúgio estão voltando para seu país de origem dada a situação precária em território brasileiro, principalmente em Roraima, onde milhares de imigrantes moram em abrigos temporários ou nas ruas de Pacaraima e Boa Vista. No final de abril, havia dez casos confirmados de Covid-19 entre os migrantes, e a Operação Acolhida, as agências da ONU, o governo local e as ONGs começaram a trabalhar para aumentar os abrigos para migrantes. No entanto, tais atores se preocupam cada vez mais com o potencial impacto da pandemia entre essa população e as comunidades que os acolhem.

A sociedade civil brasileira, já sob enorme pressão, tem trabalhado para aumentar a proteção a essas populações vulneráveis, enquanto se esforça em dar respostas nacionais à pandemia. Depois que Bolsonaro anunciou iniciativas de apoio às empresas, uma coalizão de 35 grupos e ativistas da

sociedade civil pressionou o governo, com sucesso, a estabelecer um programa universal de benefícios emergenciais². Mas a ajuda não foi concedida com agilidade. Os benefícios começaram a ser liberados apenas em meados de abril, e muitas pessoas não conseguiram recebê-los por excesso de burocracia. Se, por um lado, o programa oferece o dobro do auxílio ofertado a mães chefes de família que trabalham no setor informal, especialistas expressam preocupação com o fato de que a ajuda emergencial não está alcançando determinadas categorias de trabalhadores autônomos, pessoas em situação de rua, etc. Além disso, a duração do programa, três meses, tem sido criticada como sendo insuficiente, dado o alcance da crise econômica e de saúde.

Embora o Brasil seja considerado uma potência agrícola, devido, em grande parte, à monocultura voltada à exportação (o setor responde por 25% do PIB nos últimos vinte anos), a abordagem confusa do governo, repleta de mensagens contraditórias, pode contribuir para a insegurança alimentar. Além do desafio de alimentar a população de baixa renda, que não tem recursos para comprar mantimentos, podem surgir problemas de distribuição. Como o Brasil carece de um sistema ferroviário adequado, a distribuição de alimentos depende, em grande parte, do

² <https://www.rendabasica.org.br/>.

setor de transportes, que tem bastante influência política (e cujos trabalhadores, da perspectiva de saúde pública, estão bastante expostos ao vírus). O Ministério Público também alertou que o governo está repassando fundos insuficientes ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que compra alimentos produzidos pela agricultura familiar e fomenta a diversificação (DiarioAM, 2020). Especialistas advertem sobre a capacidade de as populações de baixa renda desfrutarem de alimentação adequada, e há relatos de que moradores de favelas de São Paulo —o estado mais rico do país em PIB per capita— já passam fome (Canzian, 2020).

Mesmo com a aceleração da propagação do vírus, o governo Bolsonaro continua adotando medidas que deterioram as instituições brasileiras, incluindo aquelas relacionadas à pesquisa. Assim como com a saúde pública e a proteção ao meio ambiente, o presidente enfraqueceu os sistemas de educação pública, principalmente no Nível Superior, e cortou recursos destinados à pesquisa. Em meados de abril, Bolsonaro demitiu o chefe do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que sofreu inúmeros cortes de orçamento, inclusive antes da pandemia (Saldaña, 2020). O descaso do governo com pesquisa e educação chega a afetar os esforços de cientistas que trabalham para frear a expansão da Covid-19 e veem minguar o financiamento dos seus projetos. São

medidas que refletem profunda desconfiança em relação ao conhecimento e à pesquisa. Esse desprezo não só é uma marca do presidente e seus apoiadores; é algo de que se orgulham, mesmo quando as consequências são trágicas.

No campo da política externa, o governo Bolsonaro se caracteriza por uma mistura *sui generis* de subserviência e disputa. Aqui há diferenças claras com o Brasil do passado. Embora o país tenha enfrentado altos e baixos em sua política externa ao longo dos anos, ela sempre foi baseada em princípios fundamentais da tradição diplomática brasileira. Com a redemocratização nos anos 1980 e 1990, grande ênfase foi colocada no multilateralismo, no universalismo e na autonomia. O multilateralismo foi visto como maneira de ampliar a presença brasileira no exterior, além de ser o canal mais eficaz, pacífico e justo de ganhar influência em assuntos internacionais. Quando as elites políticas brasileiras se deparavam com o que consideravam uma falha ou inadequação do sistema de governança global, a estratégia era tentar corrigi-lo ou fortalecê-lo, e não prejudicar o sistema como um todo, como ocorre atualmente.

Por meio do universalismo, o Brasil construiu e manteve canais de diálogo com todos os Estados parceiros possíveis, inclusive quando existiam grandes diferenças de interesses, valores e ambições. O universalismo

nunca significou homogeneidade nas relações internacionais; o Brasil sempre jogou, em certa medida, com um certo favoritismo, principalmente no estabelecimento de associações estratégicas tais como os laços com Argentina, Estados Unidos, Japão, China, Índia, África do Sul e União Europeia. Mas a adesão ao universalismo significava que o Brasil era capaz de mobilizar ampla gama de apoios nos foros multilaterais e que podia diversificar, mais facilmente, as relações bilaterais quando fosse necessário.

A combinação desses elementos (multilateralismo e universalismo) permitiu ao Brasil ganhar peso no cenário mundial e somar esforços. O multilateralismo e o universalismo também concederam ao país um grau de autonomia, ou seja, de espaço político necessário para tomar suas próprias decisões sobre o caminho que seguiria na busca pelo desenvolvimento e na definição do seu papel no cenário global.

Não mais. Desde o início da presidência de Bolsonaro, o Brasil imita a impulsiva indiferença de Trump pela ONU (mas sem a influência) e ataca a própria noção de multilateralismo, ao mesmo tempo que o governo mantém as aspirações de integrar a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Já o ideal de universalismo foi descartado completamente quando o país começou a incentivar práti-

cas historicamente rejeitadas por princípios da diplomacia brasileira, como o apoio à imposição de sanções não aprovadas pela ONU (Bolsonaro ameaçou impor sanções à Venezuela, seguindo o exemplo dos Estados Unidos). No início do atual governo, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, alinou-se aos “falções” da política externa americana que defendiam o uso da Amazônia brasileira como corredor para tropas dos Estados Unidos invadirem a Venezuela. Essa postura cega de “siga o líder” não era vista no Brasil desde os anos da ditadura militar, e representa uma contradição direta ao princípio (cimentado na Constituição brasileira³) de resolução pacífica de conflitos. Até as Forças Armadas, que se fortaleceram com essa retórica nacionalista e o discurso de soberania, rejeitaram a proposta como uma aventura imprudente. Por fim, o chefe de gabinete de Bolsonaro derrubou a ideia publicamente (Brígido, 2020).

O contraste do Brasil de hoje como ator internacional com o de dez anos atrás não poderia ser mais contundente. Da bravata (às vezes exagerada) da “potência emergente” dos anos do governo Lula, quando o Brasil aspirava abertamente e de forma vocal a um posto permanente no Conselho de Segurança da ONU e promovia a cooperação Sul-Sul com um enorme leque de países do Sul

³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Global, sob Bolsonaro o Brasil engatou uma aproximação com um trio que pressiona por uma agenda conservadora global: Estados Unidos, Polônia e Hungria. O corpo diplomático brasileiro, altamente profissional e capaz, que ajudou a expandir a rede de embaixadas a quase todos os países do mundo, foi relegado a tarefas burocráticas, ou, no máximo, a tentativas discretas de dar alguma continuidade a áreas da política externa que não foram desidratadas.

Não é de se estranhar, portanto, que —diante de uma pandemia de proporções históricas— a política externa brasileira não tenha sido de muita ajuda quando os países competem por recursos essenciais escassos, como máscaras e respiradores. Longe disso. Depois de insultar líderes de alguns de seus principais países parceiros, como o francês Emmanuel Macron, a alemã Angela Merkel e o argentino Alberto Fernández, Bolsonaro apostou pesado nas relações com os EUA, bajulando sua pretensa alma gêmea, Donald Trump. Mas a relação — desde já, altamente desigual — não rendeu os resultados prometidos (como o respaldo do governo dos Estados Unidos à entrada do Brasil na OCDE), inclusive antes da pandemia. Ao bater a porta na cara de parceiros estabelecidos e Estados vizinhos, a política externa de Bolsonaro impediu caminhos de cooperação que já poderiam ter sido trilhados se algum grau de universalismo fosse mantido, mesmo em dias tão difíceis

como os de hoje. Em vez de gastar o capital político acumulado no cenário global quando o país mais precisa dele, Bolsonaro derrama o poder brando do Brasil pelo ralo.

Outro caso em questão é a China, que não só é o principal parceiro comercial do Brasil como também integrante do outrora promissor grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). As relações políticas com Beijing foram discretamente reparadas por assessores e ministros depois que uma série de comentários ofensivos de Bolsonaro quase destruíram esses laços. As relações políticas voltaram a balançar durante a pandemia — desta vez, pelo filho “03” do presidente, o deputado Eduardo Bolsonaro, que (não surpreendentemente, seguindo os passos de seus ídolos americanos) atacou Beijing fazendo referências ao “vírus chinês”. Como resposta, o embaixador da China em Brasília respondeu com uma série de mensagens de desaprovação (Embaixada da China no Brasil (2020)).

Embora o aspecto econômico das relações bilaterais entre o Brasil e a China permaneça estável —para todos os efeitos, com a ministra da Agricultura Teresa Cristina à frente desses laços—, empresários e autoridades governamentais temem que os comentários ofensivos possam levar a China e reagir de maneira mais contundente, exigindo concessões comerciais ou buscando outras fontes

de produção de soja e outros insumos básicos (Jiménez, 2020). E essas ofensas acontecem, justamente, quando a China —uma das principais fontes mundiais de máscaras, luvas, respiradores e demais equipamentos médicos utilizados na pandemia—, após ter superado a primeira onda de infecção do novo coronavírus, lança uma espécie de “diplomacia das máscaras”, oferecendo ajuda no combate à Covid-19 a 120 países do mundo (Mulakala, 2020).

As oportunidades perdidas pelo Brasil, não apenas de receber apoio em um momento de necessidade crescente, mas também de contribuir com sua vasta experiência adquirida em saúde pública, são especialmente gritantes na América Latina e no Caribe. O Brasil já foi líder em cooperação em saúde pública em todo o hemisfério Sul, mediante um amplo programa de cooperação Sul-Sul (coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores), que abrangia não só projetos bilaterais como compromissos e iniciativas regionais com organizações multilaterais como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Em grande parte, por conta desses esforços, o Brasil desenvolveu uma tradição de “diplomacia sanitária”, amparada nos laços históricos existentes com institutos de saúde pública de todo o mundo (Marchiori, 2018), assim como na ideia da saúde como um direito humano. Com o tempo, essa di-

plomacia da saúde se transformou em um dos elementos centrais dos programas de cooperação técnica do Brasil no exterior. Em 2017, quando o programa perdeu fôlego e sofreu cortes orçamentários, o Brasil contava com mais de 350 projetos concluídos e em andamento que abrangiam ampla variedade de objetivos, países e instituições participantes. Entre os projetos de cooperação mais elogiados no Brasil e no exterior está a Rede de Bancos de Leite Humano, que ajudou a reduzir a mortalidade no primeiro ano de vida de crianças da América Latina e do Caribe, Europa e África. Essas iniciativas perderam impulso quando a política externa de Bolsonaro —bem mais do que a de seu antecessor, Michel Temer, jogou para escanteio a cooperação Sul-Sul, suspendendo muitos desses projetos.

No contexto da América Latina e do Caribe, o Brasil sempre foi atuante na Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), braço da Organização Mundial da Saúde (OMS) nas Américas, e que acabou afetada pelo recente congelamento de recursos repassados dos Estados Unidos à OMS, anunciado por Trump em 14 de abril (Mckenzie, 2020). Até Bolsonaro ajudar a afundar a União das Nações Sul-americanas (Unasul), associada a seus predecessores de esquerda, o Brasil também deu o principal empurrão para o Instituto Sul-americano de Governo em Saúde (Isags), que por sua vez produziu um

plano estratégico quinquenal de saúde altamente progressivo e amparado nos direitos humanos.

Esses papéis institucionais e laços de cooperação, construídos minuciosamente ao longo de décadas, foram enfraquecidos pela política externa de Bolsonaro, assim como pelo dismantelamento das instituições nacionais encarregadas da saúde pública, como a renomada Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Outras organizações regionais não ofereceram respostas concretas à pandemia, apesar de alguns esforços de colaboração. Embora o Mercosul, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o recém-criado Prosul (Foro para o Progresso e Integração da América do Sul) tenham anunciado esforços conjuntos, são iniciativas pouco expressivas em comparação com os laços de cooperação que poderiam ter sido estabelecidos caso o Brasil tivesse mantido seus programas de cooperação técnica em saúde e seu papel político na região. Pelo contrário, o Brasil continua implementando medidas *ad hoc*, incluindo (ironicamente) a contratação de mais de mil médicos cubanos um ano depois de Bolsonaro ter menosprezado o programa “Mais médicos” que os trouxe ao país. O programa foi criado pela presidente Dilma Rousseff para levar médicos ao interior do Brasil.

Bolsonaro também não se preocupa em esconder seu desprezo pela ONU, organização da qual o Brasil é mem-

bro fundador. O presidente chegou a afirmar, por exemplo, que “as decisões da ONU não importam” e vetou a inclusão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no plano plurianual do país (Gullino, 2020). O chanceler foi além, referindo-se à ONU como uma conspiração baseada em ideologias “marxistas” e “globalistas”. À medida que a pandemia se agrava, Araújo — assim como seu chefe— se mostram cada vez mais paranoicos em relação à governança global, alegando que a OMS é um instrumento para propagar um plano comunista, que ele chama de “comunavírus” (Putti, 2020). O alinhamento entusiástico do Brasil às posições do governo Trump também levou o país a negar apoio a uma resolução da ONU sobre o acesso a medicamentos e tratamentos (Chade, 2020), apesar da longa trajetória brasileira na defesa dessas causas no plano internacional, não apenas na sede da ONU, mas também através do acordo TRIPS. Sob ataque da extrema direita brasileira, agências, fundos e programas da ONU têm mantido discrição no país, mas continuam oferecendo apoio valioso às populações mais vulneráveis, incluindo os refugiados na fronteira com a Venezuela.

Nenhum governo do planeta demonstrou estar totalmente preparado para enfrentar o imenso desafio da Covid-19, mas a maioria parece disposto a tentar. O fato de o Brasil ter um governo tão autocentrado, com discurs-

tos contraditórios, que promove a ignorância, idolatra Trump, desrespeita a ONU e menospreza a defesa dos direitos humanos enquanto a pandemia ataca com força, ajuda a explicar a catástrofe que acomete o país. Cabe agora a um grupo de atores diversos ampliar as ações emergenciais e iniciar um debate baseado em evidências para a recuperação do país. Equipes técnicas do governo, governos municipais e estaduais, organizações da sociedade civil, atores do setor privado e parceiros estrangeiros — todos estes serão essenciais no esforço de mitigar os danos já causados e trabalhar por um Brasil mais justo, democrático, digno e saudável no mundo pós-pandemia.

Adriana Erthal Abdenur. Especialista brasileira em políticas públicas e relações internacionais.

Tradução por Elisa Martins.

Referências bibliográficas

BBC (2020): “O depoimento de Moro na PF contra Bolsonaro em meio a protestos polarizados e expectativa” (3/05/2020): <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52516789>.

BRIGIDO, C. (2020): “Onyx descarta participação do Brasil em eventual invasão à Venezuela”, *O Globo* (2/05/2020): <https://oglobo.globo.com/mundo/onyx-descarta-participacao-do-brasil-em-eventual-invasao-venezuela-23635868>.

CANZIAN, F. (2020): “Nas favelas, moradores passam fome e começam a sair às ruas”, *Folha de S. Paulo* (28/03/2020): <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/nas-favelas-moradores-passam-fome-e-comecam-a-sair-as-ruas.shtml>.

CERIONI, C. (2020): “Mandetta é ministro mais popular do governo; 76% rejeitam sua demissão”, *Exame* (16/04/2020): <https://exame.abril.com.br/brasil/mandetta-e-ministro-mais-popular-do-governo-76-rejeitam-sua-demissao/>.

CHADE, J. (2020): “Pressionado por Trump, Brasil evita apoiar re-

- solução da ONU contra vírus”, *UOL* (21/04/2020): <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/04/21/refem-de-trump-brasil-rompe-sua-tradicao-diplomatica-durante-a-pandemia.htm>.
- CONGRESSO EM FOCO (2020): “Data-folha: 76% dos brasileiros apoiam isolamento social contra o coronavírus” (6/04/2020): <https://congressoemfoco.uol.com.br/saude/datafolha-76-dos-brasileiros-apoiam-isolamento-social-contr-o-coronavirus/>.
- CORREIO (2020): “Maranhão dribla EUA, Europa e governo Bolsonaro para comprar 107 respiradores” (14/04/2020): <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/maranhao-dribla-eua-europa-e-governo-bolsonaro-para-comprar-107-respiradores/>.
- CORREIO BRAZILIENSE (2020): “Saiba por que Manaus entrou em rápido colapso com os casos de Covid-19” (23/04/2020): <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/04/23/interna-brasil,847395/saiba-por-que-manaus-entrou-em-rapido-colapso-com-os-casos-de-covid-19.shtml>.
- CRUZ, I. (2020): “Como refugiados ficam vulneráveis na pandemia do coronavírus”, *Nexo* (8/04/2020): <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/07/Com-o-refugiados-ficam-vulner%C3%A1veis-na-pandemia-do-coronav%C3%ADrus>.
- DIARIOAM (2020): “MPF: recursos à segurança alimentar são insuficientes” (4/05/2020): <https://d24am.com/claro-escuro/mpf-recursos-a-seguranca-alimentar-sao-insuficientes/>.
- EMBAIXADA DA CHINA NO BRASIL (2020): “Nota da Embaixada da China no Brasil” (20/03/2020): <http://br.china-embassy.org/por/sghds/t1758489.htm>.
- EXAME (2020): “Documento do exército defende isolamento social no combate ao coronavírus” (6/04/2020): <https://exame.abril.com.br/brasil/documento-do-exercito-defende-isolamento-social-no-combate-ao-coronavirus/>.
- FINANCIAL TIMES (2020): “Coronavirus tracked”: <https://www.ft.com/content/a26fbf7e-48f8-11ea-aeb3-955839e06441>.

- GOOGLE (2020): “Brasil casos”:
https://www.google.com/search?q=brasil+casos&rlz=1C5CHFA_enBR786BR786&oq=brasil+casos+&aqs=chrome..69i57j0.2407j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8.
- GULLINO, D. (2019): “Bolsonaro diz que ONU está 'aparelhada' e não teme perda de voto por falta de pagamento”, *O Globo* (10/12/2019):
<https://oglobo.globo.com/mundo/bolsonaro-diz-que-onu-esta-aparelhada-nao-teme-perda-de-voto-por-falta-de-pagamento-24128875>.
- JIMÉNEZ, C. (2020): “Provocações à China geram apreensão em plena pandemia e podem cobrar ‘desconto’ em exportações do Brasil”, *El País* (9/04/2020):
<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-09/provocacoes-a-china-geram-apreensao-em-plena-pandemia-e-podem-cobrar-desconto-em-exportacoes-do-brasil.html>.
- LEMONS, M. (2020): “Coronavírus: Necrotério de hospital no Rio Lota e corpos se acumulam”, *UOL* (1/05/2020):
<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/01/rio-camara-frigorifica-de-hospital-lota-e-corpos-se-acumulam-para.htm>.
- LOPES, M. (2020): “Brazil’s Bolsonaro fires Health Minister Mandetta after differences over coronavirus response”, *Washington Post* (16/04/2020):
https://www.washingtonpost.com/gdpr-consent/?next_url=https%3a%2f%2fwww.washingtonpost.com%2fworld%2fthe_americas%2fcoronavirus-brazil-bolsonaro-luiz-henrique-mandetta-health-minister%2f2020%2f04%2f16%2fc143a8b0-7fe0-11ea-84c2-0792d8591911_story.html.
- MARCHIORI BUSS, P. (2018): “Brazilian international cooperation in health in the era of SUS”, *Ciênc. saúde coletiva* vol. 23 n° 6:
https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232018000601881&script=sci_arttext&tlng=en.
- MCKENZIE, N. (2020) PAHO hit by US funding freeze”, *Enews* (29/04/2020):
<https://ewnews.com/paho-hit-by-us-funding-freeze>.
- MINISTÉRIO DA ECONOMIA (2020): “Brazil’s Policy Responses to

- COVID-19” (28/04/2020): <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-em-outros-idiommas/covid-19/covid-19-2020-04-24-brazil-policy-measures-1830-1.pdf/view>
- MULAKALA, A. (2020): “COVID-19 and China’s soft power ambitions”, *Devpolicy*: <https://devpolicy.org/covid-19-and-chinas-soft-power-ambitions-20200424-2/>
- OXFAM (2019): “Brazil: extreme inequality in numbers”: <https://www.oxfam.org/en/brazil-extreme-inequality-numbers>.
- PAIVA PAULO, P. (2020): “Paraisópolis contrata médicos e ambulâncias, distribui mais de mil marmitas por dia e se une contra o coronavírus”, *O Globo* (7/04/2020): <https://g1.globo.com/sp/saopaulo/noticia/2020/04/07/paraisopolis-se-une-contra-o-coronavirus-contrata-ambulancias-medicos-e-distribui-mais-de-mil-marmitas-por-dia.ghtml>.
- PUTTI, A. (2020): “Ernesto Araújo diz que pandemia é usada para implementar o ‘comunavírus’”, *Carta Capital* (22/4/2020): <https://www.cartacapital.com.br/politica/ernesto-araujo-diz-que-pandemia-e-usada-para-implementar-o-comunavirus/>.
- QUADROS, V. e ANJOS, A.B. (2020): “Coronavírus de um lado, invasores de outro: como está a situação dos indígenas no Brasil”, *Publica* (14/04/2020): <https://apublica.org/2020/04/coronavirus-de-um-lado-invasores-de-outro-como-esta-a-situacao-dos-indigenas-no-brasil/>.
- RIBEIRO, G. (2020): “91 million Brazilians to default on their bills in April”, *The Brazilian Report* (19/04/2020). Disponível em: <https://brazilian.report/coronavirus-brazil-live-blog/2020/04/19/coronavirus-91-million-brazilians-default-bills-april/>.
- SALDAÑA, P. (2020): “Governo Bolsonaro demite o presidente do CNPq, órgão de fomento à pesquisa”, *Folha de S. Paulo* (17/04/2020): <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/04/governo-bolsonaro-demite-o-presidente-do-cnpq-orgao-de-fomento-a-pesquisa.shtml>.

- SANTIAGO, T. (2020): “Taxa de isolamento social em SP foi de 58% no domingo; pior índice para o dia desde o início da quarentena do coronavírus”, *Globo* (27/04/2020): <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/27/taxa-de-isolamento-social-em-sp-foi-de-58percent-no-domingo-durante-quarentena-do-coronavirus-indice-ideal-e-de-70percent.ghtml>.
- SARAIVA, A. (2020): “Brazil records nearly 2,800 deaths from mystery respiratory problems”, *The Brazilian Report* (23/04/2020): <https://brazilian.report/coronavirus-brazil-live-blog/2020/04/23/brazil-records-nearly-2800-deaths-from-mystery-respiratory-problems/>.
- SHALDERS, A. (2020): “Bolsonaro diz que pode determinar abertura do comércio com 'uma canetada' semana que vem”, *BBC* (2/04/2020): <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52144782>.
- UOL (2020): “Por que isolamento vertical defendido por Bolsonaro é visto com ceticismo?” (30/03/2020): <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/03/30/por-que-isolamento-vertical-e-visto-com-ceticismo.htm>.
- VEJA (2020): “Com coronavírus, 1º de Maio é marcado por protestos pequenos e virtuais” (1/05/2020): <https://veja.abril.com.br/mundo/com-coronavirus-1o-de-maio-e-marcado-por-protestos-pequenos-e-virtuais/>.
- ZAFALON, M. (2020): “Temeroso das ações do governo, agronegócio reduz apoio a Bolsonaro”, *Blog vaivém das commodities - Folha de S. Paulo* (5/05/2020): <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vaivem/2020/05/temeroso-das-acoes-do-governo-agronegocio-reduz-apoio-a-bolsonaro.shtml>.

Fundación Carolina, mayo 2020

Fundación Carolina
C/ Serrano Galvache, 26.
Torre Sur, 3ª planta
28071 Madrid - España
www.fundacioncarolina.es
@Red_Carolina

ISSN: 2695-4362
https://doi.org/10.33960/AC_29pt.2020

La Fundación Carolina no comparte necesariamente las opiniones manifestadas en los textos firmados por los autores y autoras que publica.



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-SinObraDerivada 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)